

JORGE DE CAMPOS
Funcionário do Serviço
de Fomento Mineiro

As Minas
na Toponímia de Portugal
(ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

Preácio do DR. ALBERTO IRIA
Bibliotecário-Arquivista da Assembleia
Nacional — Do Instituto Português
de Arqueologia, História e Etnografia

EDIÇÃO DO AUTOR

Depósito: A Bolsa do Livro

Fraça D. João da Câmara, 4-4.º

Telefone 2 8470 — LISBOA

ALFARRABISTA

Compra e Venda de
Livros Novos e Usados
Livros Raros e Antigos
R. Francisco Horta, 15
Tel. 26618 - 8000 Faro

Museu do Trajo
São Brás de Alportel
Centro de
Documentação

Oferta dos depositários

165/26

800/0



Casa da Cultura António Bentes
S. Brás de Alportel

Biblioteca

Livro n.º 801

Cota n.º

2-5

Q-16

612



JORGE DE CAMPOS
Funcionário do Serviço
de Fomento Mineiro

As Minas
na Toponímia de Portugal

(ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

Prefácio do DR. ALBERTO IRIA
Bibliotecário-Arquivista da Assembleia
Nacional — Do Instituto Português
de Arqueologia, História e Etnografia

Edição do Autor
Depósito: *A Bolsa do livro*
Praça D. João da Câmara, 4-4.º
Telefone 2 8470 — LISBOA

— 1 9 4 4 —

Composto e impresso nas

: OFICINAS GRÁFICAS :

: DA RIBEIRA DE PERA. :

— LIMITADA —

Castanheira de Pera

Ao Ex.^{mo} Sr.

Eng. Luis de Castro e Solla

Ilustre Director Geral de Minas

e Serviços Geológicos

Em homenagem e preito de
admiração pela sua notável
actividade dedicada ao desen-
volvimento da nossa industria
mineira.

O. D. e C.

o Autor

Prefácio

A PESAR de não ser especializado nem versado na historiografia mineira, nem por isso deixei de corresponder ao penhorante desejo do autor d'este estudo, ao apresentá-lo agora em público como mais um novo investigador.

Já nos conhecíamos como servidores do mesmo estabelecimento do Estado, isto é, durante o pouco tempo em que fui bibliotecário da Biblioteca da Ajuda.

Tive, porém, a oportunidade de verificar desde logo, pela prestimosa e leal colaboração que ali me deu, estar em presença não só de um zeloso funcionário, mas também em face de uma decidida vocação para os estudos históricos, designadamente no domínio das suas habilitações profissionais, ultimamente desempenhadas.

Não me foi, pois, difícil consignar aqui, em breves linhas, as laboriosas investigações do autor, ao redigir, com probidade e escrúpulo, este simples ensaio, através do qual adivinhamos já a valiosa contribuição que virá ainda um dia a prestar à cultura nacional, se alguma vez tiver o feliz ensejo de trazer, também a público, obra de maior fôlego e riqueza documental, sobre a Adiça de Almada, cujo valor e mérito quero desde já assinalar ao leitor erudito.

Afigura-se-nos, porém, que esta obra, pela sua magnitude e dadas as dificuldades materiais da hora

presente, só uma instituição científica e interessada poderia e deveria dá-la à estampa.

Entretanto, o autor procurou e bem, fazer uma investigação mais compatível com as suas possibilidades de momento, ao oferecer-nos agora as primícias das suae canceiras e predilecções de espirito, numa linguagem simples e despretenciosa, bem de harmonia com a sua excessiva modéstia e exceleute carácter.

Em rápidas pinceladas, o autor dá-nos a conhecer a influência dos obscuros mineiros líbios-phenícios, romanos e árabes na toponímia da antiga Lusitânia.

Seguidamente leva-nos, em atractiva peregrinação, pelos mais diversos pontos do País, para nos mostrar, desde o século XIII até à actualidade, os locais onde esse heroico labor deixou, vinculados à terra, imorre- doiros vestígios dos mais antigos centros mineiros de Portugal.

Nestes termos, julgo escusado encarecer aos entendidos na matéria e ao leitor em geral, o interêsse dêste pequeno estudo que, nem por isso, deixará de merecer a atenção de todas quantos apreciam, em investigação histórica, obra séria e conscienciosa.

Aos que exploram hoje o nosso sub-solo, não será indiferente conhecer, ainda que em rápida resenha, os locais onde outrora essa mesma exploração se fez, com os mesmos sacrifícios e com a mesma finalidade: arrancar à terra a maior riqueza possível.

Na verdade, o conhecimento do passado no domínio da exploração mineira, como em tantos outros ramos das actividades humanas contemporâneas, tem não só a vantagem de estimular e dignificar o trabalho dos que hoje se entregam a essa rude faina, mas, talvez, a de contribuir ainda para o melhor conhecimento dos locais onde essa exploração possa, porventura, continuar.

No Algarve, por exemplo, as explorações arqueológicas efectuadas nos finais do século passado pelo grande sábio Estácio da Veiga, tiveram além de outras benéficas conseqüências para a ciência, o condão de assinalar muitos locais de exploração mineira que, ainda hoje, poderiam ser retomados.

E se ainda fôsse possível, o que muito seria para desejar, continuar a obra do grande arqueólogo algarvio, estou certo que mais e mais se enriqueceria o conhecimento da capacidade mineira do Algarve que, embora de sub-solo não tão rico como o de outras províncias, oferecia já êsse interêsse nos antigos povos do Mediterrâneo, mórmente aos fenícios, cartagineses e romanos.

O aparecimento do presente estudo vem, sem dúvida, enriquecer a nossa bibliografia mineira e revelar, até, por se tratar de um jovem autor, quando êste campo científico é susceptível de entusiasmar o espirito de um moço que, não sem sacrificios materiais, se propôs trazer a público mais alguma coisa de novo, nas sugestivas páginas que vão seguir-se.

Alberto Fria

INTRODUÇÃO

I

Os fenícios e os cartagineses nas minas lusitanas

AO elaborar este pequeno estudo pareceu-me indispensável proporcionar ao leitor desprevenido, em primeiro lugar, uma visão sumariíssima e muito geral à cerca da exploração mineira no nosso território, desde os recuados e mal conhecidos tempos pré-históricos até ao presente.

Creio que só assim o leitor ficará habilitado a compreender a interessantíssima e vasta influência que as minas exerceram na nomenclatura de algumas vilas, aldeias, povoações e mais lugares da nossa Terra.

Reservo, porém, para estudos ulteriores, não só o desenvolvimento de alguns assuntos versados neste, mas também a elaboração de uma monografia onde especialmente tratarei com a apresentação de abundantes e inéditas fontes manuscritas, a história dum das mais antigas explorações mineiras realizadas em Portugal. (1)

*

* *

Perde-se na imensidade dos séculos a memória dos primeiros trabalhadores que se dedicaram à exploração das minas. Diz a lenda, citada por escritores antigos, que Lynceo via através dos rochedos e, até, da própria Lua. Talvez em virtude dessa fama,

(1) Cf. nosso estudo ainda em preparação, intitulado: **A Adiça entre Almada e Sesimbra** (*Subsídios para a história das minas em Portugal*).

houve quem o considerasse — e creio que foi Erasmo, o célebre humanista holandês, quem assim o considerou — como o primeiro descobridor de minas.

Pelo que diz respeito a Portugal, a exploração mineira do nosso território data do neolítico superior, na transição da pedra polida para o bronze, há, mais ou menos, quarenta séculos.

Na idade dos metais e já nos tempos históricos, sabe-se que os habitantes da Península Ibérica exploravam as minas de cobre, ferro, ouro e prata, mas desconheciam o valor dos dois últimos, como metais nobres. Dizem até historiadores antigos que os arados dos lusitanos e mais povos d'aquém Pirinéus eram feitos de ouro e prata.

Na vila de Melres, que fica a 20 quilómetros de Gondomar e a 30 do Pôrto, há muitas galerias que foram minas dos lusitanos. Nelas apareceram uma espécie de mós grosseiras, com que os luzitanos trituravam o quartzo, a-fim-de extraírem depois, por lavagem, o ouro.

Sabedores de que existiam na Península Ibérica minas de ouro e de prata, assim como de outros metais, e que os indígenas não sabiam aproveitar os valores de que a sua terra era depositária, os fenícios e os cartagineses vieram em busca dessas riquezas.

Os primeiros tentaram adquiri-las a princípio por simples persuasão dos aborígenes e depois pela força, sistema a que não era estranho o natural desejo de domínio económico no Ocidente, exercido não só ao longo das costas da Ibéria, mas também em diversos pontos do interior.

Os segundos, aliados de início e, por fim, como opressores, usaram de processos semelhantes.

Povo formado, como é sabido, pela fusão de tribus de raça asiânica com um ramo dos semitas, os fenícios, principalmente devido às condições geográficas do seu território, foram, afinal, os mais notáveis navegadores e comerciantes do mundo antigo e os primeiros que, em número apreciável, desembarcaram na antiga Lusitânia.

Os micénios, que antes deles tinham estabelecido feitorias no litoral atlântico e mediterrânico da Península Ibérica, onde adquiriam estanho e prata,

não i
limita
arran
C
culo
ramen
orla n
vessar
os m
seguir
estabe
mo su
a cos
actual
P
cimen
genas
de ba
nia co
mind
cabo
como
até, a
H
grego
visto
costa
Athos
sua o
veis e
a ser
lugar
M
tudo
trário
apura
do ser
D
tígios,
dos A
fôram
Marvã
extra
de Va

não interferiram grandemente na vida dos lusitanos, limitando-se a comprar os metais que os indígenas arrancavam à terra.

Os fenícios, porém, vieram à Lusitânia no século XI a. C., por volta de 1.050, fundando primeiramente a cidade de Gadir. Contornaram depois a orla marítima da Península, pelo Mediterrâneo, atravessando as chamadas Colunas de Hércules — a que os mouros mais tarde chamariam Geb-al-Tarik — e seguiram pelo Atlântico, sempre à vista da Costa, estabelecendo feitorias desde a Turdetânia, no extremo sul de Portugal, compreendendo, portanto, toda a costa do Algarve, até ao norte da Lusitânia, na actual província do Minho.

Primeiramente contentaram-se com o estabelecimento de feitorias. Faziam negócios com os indígenas e trocavam metais preciosos por mercadorias de baixo preço. Depois passaram a viver na Lusitânia como em território conquistado, roubando e oprimindo. Durante o seu domínio devem ter levado a cabo uma apreciável exploração mineira, pois tinham, como é sabido, uma técnica especial considerada, até, a melhor e mais perfeita do seu tempo.

Heródoto de Halicarnaso, o grande historiador grego que viveu no século VI a. C., afirmou ter visto as minas de ouro da ilha de Thasos, perto da costa da Trácia, a sessenta e duas milhas do monte Athos e a igual distância da ilha de Samotrácia. Em sua opinião, de todas essas minas, as mais admiráveis eram as que tinham sido descobertas e estavam a ser exploradas pelos fenícios, entre Coenyres e o lugar de Ænyres.

Mestres na metalurgia, os fenícios eram contudo medíocres na arte de trabalhar o metal, ao contrário do que sucedia com os gregos, que eram pouco apurados na metalurgia, mas dotados, em alto grau, do sentimento do belo e do artístico.

Da actividade fenícia na Lusitânia há vários vestígios. Citaremos, por exemplo, as minas da serra dos Algaes, no Baixo Alentejo, das quais os fenícios fôram os primeiros exploradores; as da serra de Marvão, no Alto Alentejo, donde parece terem extraído ouro, prata e chumbo; as de ouro e chumbo de Vale de Ouro, na Beira Litoral, onde deixaram

inscrições púnicas; e as da herdade do Raco, Ode-mira, no Baixo Alentejo, onde fundaram, até, uma importante colónia.

Consolidadas as posições, os fenícios começaram a abusar da sua condição privilegiada de mercadores. A influência das suas feitorias estendia-se já para o interior e exploravam, sem grandes escrúpulos, os pobres indígenas, a quem escravizavam.

Fartos de tanta escravidão, a certa altura os lusitanos ligaram-se aos turdetanos e aos celtas, e expulsaram os seus opressores dos territórios que haviam usurpado, obrigando-os a recuar para Cádiz. Como não dispunham, porém, de forças suficientes para os expulsarem definitivamente da Península Ibérica, pediram, então, o auxílio cartaginês.

Os cartagineses, ambiciosos colonos que, partindo também da Fenícia, se tinham estabelecido na cidade norte-africana de Cartago e daí tentavam avassalar todo o mundo então conhecido, viram uma excelente oportunidade de se apoderarem da Península Ibérica e não quiseram perdê-la. Aceitaram o pedido e desembarcaram no território hispânico, donde desalojaram os fenícios.

Expulsos êstes, os cartagineses permaneceram na Península, desde 510 a. C. até à conquista romana, mas os indígenas ficaram na mesma situação de expoliados. Deve notar-se, contudo, que a conquista cartaginesa verdadeiramente só principiou 237 a. C. e que alguns chefes cartagineses fôram muito amigos dos lusitanos, pela moderação do seu govêrno. Entre êsses chefes deve destacar-se o grande general Aníbal, que chegou mesmo a casar, ao que parece, com uma senhora lusitana.

Os cartagineses aproveitaram as explorações mineiras já realizadas pelos fenícios, como, por exemplo, as já citadas minas da serra de Marvão e as da herdade do Raco. Os romanos, porém, não lhes deram tempo para grandes pesquisas, pois a breve trecho ficaram com o domínio da Hispânia e acabaram por destruir a própria cidade de Cartago, com todos os seus habitantes.

As minas lusitanas no tempo dos romanos

Quando as numerosas e imponentes legiões romanas em acção contra os lusitanos, vencida, a golpes de fôrça e de traição, a indomável resistência dos indígenas, ocuparam por completo a Lusitânia, já os descendentes de Viriato se achavam mais ou menos romanizados pela influência das reformas de Sertório e estavam aptos a assimilar completamente a cultura romana.

Assim, a tarefa dos colonizadores que vieram após a morte de Sertório foi simplificada ao máximo pelos seus próprios inimigos. Os cidadãos de Roma, ocupada a Lusitânia, encontraram nesta região uma sociedade já bastante romanizada e puderam, então, iniciar, sem mais demoras, o aproveitamento das riquezas que o sub-solo dos territórios conquistados encerrava.

Trouxeram bandos de escravos, que minavam dia e noite. Estes nada recebiam, além do magro alimento, e morriam a trabalhar debaixo do chicote.

Nestas condições, como os exploradores não pagavam salários à maior parte dos operários, os escravos, considerados um valor económico na antiguidade faziam com que as minas, mesmo que não fôsem muito ricas, proporcionassem fortunas imensas aos já ricos e poderosos senhores romanos.

No entanto, não parece provável que o sub-solo lusitano, apesar-dos grandes elogios que muitos autores antigos lhe tributaram, fôsse duma riqueza extraordinária, mas são numerosos os vestígios dos trabalhos mineiros efectuados pelos romanos na Lusitânia.

Plínio escreveu que os montes da Hispânia eram

sêcos e estêreis e, não se dando nêles outra coisa, seriam por fôrça férteis em ouro:

— *Cæterum montes Hispaniæ aridis teriles quæ & in quibus nihil aliud gignatur huic bono coguntur fertiles est.*

Strabão cita um trecho de Políbio, onde êste historiador afirma que no seu tempo havia quarenta mil homens ocupados nas minas de Cartagena, e que estas forneciam ao povo romano nada menos de vinte e cinco mil dracmas por dia.

No tempo em que o procônsul Vívio Sereno governava a Espanha Ulterior, os romanos retiravam, só das minas da Galiza, das Astúrias e da Lusitânia, vinte mil libras, em pêsos de ouro. Plínio diz:

Vicena milia pondo ad hunc modum annis singulis asturiam atquæ Galleciam & Lusitaniam proestare quidam tradiderunt, ita ut plurimum Asturia gignat.

Justino afirma que na região de Entre o Minho e Douro não havia monte que não estivesse cheio de veias de ouro.

Posidônio, citado por Strabão, dizia que tôda a Turdetânia era uma lâmina de prata.

E, finalmente, Tito Lívio afirma que no século III a. C., os romanos impuzeram grandes tributos sôbre as minas de ouro e prata, na Hispânia.

Baseados nas descrições dêstes e doutros autores antigos e nos vários vestígios de mineração existentes, assim como em estudos de autores modernos, como Alfred Leger, vamos fazer em breve síntese a história das nossas minas durante a dominação romana. Apontaremos não só os processos empregados pelos romanos na extração dos metais, em especial o ouro, mas também as leis que regiam a exploração mineira dos territórios por êles ocupados. E' trabalho difícil que, por fôrça das circunstâncias, não atingirá completamente o nosso objectivo, pois os romanos, assim como, anteriormente; os fenícios, os gregos e os cartagineses, e, mais tarde, os bárbaros e os árabes, não nos deixaram, na sua literatura, elementos suficientes para podermos apreciar devidamente o desenvolvimento da sua indústria mineira.

Os romanos conseguiam ouro de três modos diferentes: nas areias dos rios; nos poços cavados

em
nos
lava

palh
no
casc
afim
pass
mar
por

que

tritu

mei
ao l
mur

Qu
pop

na s
rêss
tada
Stra
o P

van
que
do
rist
e ca
gen

our
era
vei

aga
mo

em terrenos onde êsse metal existia e, finalmente, nos montes, ou fracções dêsses montes, que abatiam, lavando depois as ruínas.

No primeiro caso, o ouro era encontrado em palhetas, como sucedia no Tejo, no Douro, no Arda, no Ceira, no Cávado e em muitos outros rios. O cascalho era também moído com mós de pedra, afim-de que o ouro se libertasse. Ainda no século passado fôram encontradas algumas dessas mós, nas margens dos rios cujas areias arrastavam ouro, como, por exemplo, o Arda.

Plínio ⁽¹⁾ afirmava que não havia ouro melhor que o das areias fluviaes:

Nec ullum absolutius aurum est, ut cursu ipso trituquae perpolitum.

E o poeta Caio Sílio Itálico, que viveu no primeiro século da nossa era, citava os rios lusitanos ao lado do Pactolo, que era o mais famoso rio do mundo, em virtude do ouro que diziam arrastar:

*Hinc certant Pactole tibi Duriusque Tagusque
 Quinc super Gravius lucentes volvit arenas Inferne
 populis referês oblivia Laethes.*

A título de curiosidade, diremos que Heródoto, na sua história, afirma que a Lydia apenas tem interesse histórico em virtude das palhetas de ouro arrastadas do monte Tmolus pelas águas do Pactolo; mas Strabão, na Geografia, observa que, no seu tempo, o Pactolo não arrastava ouro.

No segundo processo os pesquisadores procuravam primeiramente o *ségulo*, isto é, a primeira terra que se encontra sôbre as veias auríferas, indicadora do jazigo, que êles conheciam pela sua côr característica. Achado o *ségulo*, lavavam a areia dêsse local e calculavam a riqueza da veia pelo resíduo da lavagem.

Algumas vezes, mas muito raras, as veias de ouro apareciam à flôr da terra. O metal assim obtido era chamado *talutatium*, quando por baixo dessas veias existia uma terra aurífera.

O ouro dos poços, segundo Plínio, extraía-se agarrado ao mármore, intimamente ligado às suas moléculas. E não brilhava à superfície, ao contrário

(1) *Historiae Naturalis*, L. XXXIII, cap. IV.

do que sucedia com aquêles que era encontrado em grão sôbre a safira oriental e a pedra tebaica :

Quod puteis foditur canalicium uocât alij canaliense, marmoris glariae inhaerens, non illo modo quo in oriente sapphiro atquae in gênis scintillat, sed micas amplexum marmoris.

Uns chamavam-lhe *canalicium*, e outros *canaliense*. E designavam-no assim porque o metal, profundamente entranhado nas rochas que formavam as paredes do pôço, circulava em veias, como uma espiral, ao longo da escavação.

Em Alfena, no Douro, há vestígios de poços explorados pelos romanos, o mesmo acontecendo em outros pontos do País, principalmente no norte.

A massa extraída dos poços era lavada, fundida e moída até ser transformada em pó fino. Da fundição saía prata, à qual chamavam, nessa altura, *apis-tacudes*.

As escórias, quando se tratava de minério de ouro, eram de novo trituradas e fundidas, em cadinhos feitos de uma terra semelhante à argila, que era a única substância capaz de suportar as altas temperaturas de fusão e a pressão das matérias em ebulição. A essa terra, os romanos davam o nome de *tasconium*.

O terceiro processo, segundo a expressão de Plínio, excedia os trabalhos dos próprios gigantes :

Testa ratio opera uicerit gigantum.

Os mineiros cavavam longas galerias, nas entranhas dos montes, trabalhando dia e noite, debaixo da terra, à luz de candeias, durante meses. A estas minas davam o nome de *arrúgias*. E como muitas vezes abatia a parte superior das galerias, ficando os trabalhadores soterrados, os romanos faziam numerosos arcos e abóbadas, que sustentavam o pêso das montanhas.

Por vezes, os operários encarregados da perfuração encontravam barreiras rochosas, que, sendo calcáreas, eram atacadas com fôgo e vinagre, processo que oferecia inconvenientes, pois os vapores resultantes do ataque sufocavam os trabalhadores. Por isso, e também quando as rochas eram de outra natureza, preferiam atacar as barreiras com enormes

martelos ou malhos (*mallei*) de ferro, cujo pêso equivalia a quarenta e oito quilogramas.

Os fragmentos de rocha eram transportados por estafetas, de mão-em-mão, até à boca da mina. Assim, os mineiros colocados perto da entrada eram os únicos que, durante os meses passados na perfuração, viam a luz do Sol.

Se a massa rochosa era muito dura ou volumosa, os mineiros preferiam cavar em volta, até ela ficar solta.

Mas o obstáculo mais difícil era uma espécie de argila misturada com areia, substância a que chamavam simplesmente *terra branca*. Atacavam-na com cunhas (*cunei*) de ferro, batidas pelos já citados martelos, ou malhos.

Depois de minada a extensão julgada necessária, os trabalhadores (os *metallarii* e os *metallici*) tratavam de destruir os pilares que sustentavam as abóbadas das galerias, e, avisados por uma vigia colocada no alto do monte, fugiam antes que se desse a derrocada.

A imaginação, afirma Plínio, não pode conceber o estrondo nem a deslocação de ar que o desabamento dessas fracções de montanha provocava,

Feito isto, estava vencida a primeira jornada. Mas ainda não havia ouro. Portanto, outra tarefa se impunha: conduzir dos pontos mais altos, a maior parte das vezes de muitos quilómetros de distância, as águas dos rios destinadas à lavagem das ruínas.

Essas águas eram canalizadas para uns reservatórios, cavados nas partes sobranceiras dos montes, que mediam duzentos pés de comprimento, por outros tantos de largura, com dez de profundidade, e que possuíam cinco aberturas de, aproximadamente, três pés quadrados cada uma. No momento oportuno, eram retiradas as comportas, e a torrente lançava-se com tal fôrça que chegava a desprender e arrastar grandes pedaços de rocha.

Os canais feitos para desviar as águas do seu leito natural chamavam-se *corrúgias*, da palavra *corrivatio*, segundo Plínio. Era, porém, necessário que o canal fôsse muito íngreme, em rápido declive, para que a água se precipitasse violentamente sôbre as ruínas, arrastando o ouro que nelas se encontrasse.

As águas assim conduzidas evitavam os vales, por meio de aquedutos. Muitas vezes os trabalhadores, suspensos por cordas, furavam as rochas inacessíveis doutro modo, introduzindo depois nesses furos as extremidades de grossas vigas destinadas a nivelarem o novo leito e traçarem o alinhamento das águas desviadas. Sólidos trabalhos nêste gênero existem ainda na freguesia de S. Miguel de Três Minas, em Traz-os-Montes.

Quando a água arrastava lama, à qual chamavam *urium*, a lavagem do minério era má. Por isso filtravam essa água prèviamente, fazendo-a passar através de pedras siliciosas e areia.

Entretanto, estava em preparação outro trabalho: cavavam canais, que eram baptisados com o nome de *agogas*, e fechavam os lados dêsses canais por meio de pranchas. A água vinda das ruínas passava pelas *agogas*. De distância-a-distância, a passagem era dificultada por um leito de *úlex* que é um vegetal semelhante ao alecrim espinhoso, mas dotado da especial propriedade de reter o ouro arrastado pelas águas.

Os romanos não conheciam ainda o processo de amalgamar o ouro com o mercúrio e por isso o empregavam, sem mais preparação, no estado nativo, acompanhado de prata, cobre e, até, ferro. (1)

O ouro extraído das *arrúgias* não precisava de ser fundido, pois que, pensavam êles, era puro.

Os molhos de *úlex* eram queimados e as cinzas lavadas sôbre um leito de herva, onde o ouro se depositava.

Os romanos empregaram muito êste processo na Lusitânia. Não há muitos anos existia, e possivelmente ainda existe, na freguesia de S. Miguel de Três Minas, numa pequena serra sôbre o lugar de Revel, um açude por onde corria a água destinada a lavar o minério de estanho ali explorado pelos mineiros romanos. Também em Vila Flôr, na Aldeia de Macedinhos, onde os romanos pesquisaram ouro, ha um monte com profundos sulcos, alguns talhados em penhascos, sulcos que, provàvelmente, serviam para a condução da água de lavagem do minério.

Na República Romana, o proprietário do solo era o

(1) Cf. Eng. Alfredo Leger. «Les Travaux publics, les mines et la metallurgie aux temps des romaines».

dono absoluto das minas situadas nas suas propriedades e estava apenas submetido ao direito comum.

Sob o Império, a legislação fazia distinguir entre minas *públicas* e minas *privadas*. No primeiro grupo classificavam-se as dos países ocupados.

Essas minas eram concedidas a rendeiros, que pagavam ao Estado uma renda anual ou dízimo.

As minas privadas eram exploradas pelos particulares, que pagavam por isso impostos ao fisco.

Em território conquistado, como sucedia na Lusitânia, as minas ficavam sob o domínio público romano. Eram tomadas pelo Estado, que as fazia explorar em seu benefício, ou cedidas em usufruto aos particulares que pagavam uma renda especial, renda que, segundo o engenheiro francês Alfredo Leger, marcava bem a condição usufrutuária.

Algumas vezes essas minas passavam, com o território ou a província a que pertenciam, a um direito superior (*jus itálico, latino, quirite*), mas poderiam voltar ao seu possuidor, com a condição de êle pagar o impôsto ordinário.

Em território lusitano, no século I da nossa era, as minas eram administradas pelo Estado, debaixo da superintendência dum funcionário, o *Procurator metallorum*. E tôdas as indústrias exercidas dentro dos limites da região mineira eram arrematadas em hasta pública. O arrematante, ou rendeiro, que tinha vários encargos a satisfazer para com o Estado, cobrava os impostos.

Assim, por exemplo, segundo o capítulo VII da famosa tábula de bronze de Aljustrel (sob a epígrafe *Scripturae scaurariorum et testariorum*), quem, no território da circunscrição mineira preparasse, para vender a pêso ou por medida, escórias de prata ou de cobre e outros apuramentos minerais, limpando, separando, reduzindo, joeirando e lavando, ou que de qualquer modo trabalhasse nas pedreiras de ardósia, devia declarar, no prazo de três dias, quantos escravos e mercenários tinha ao seu serviço, para de cada um pagar ao rendeiro, mensalmente, determinada quantia. Quando o não fizesse pagaria o dôbro. Quem de fora trouxesse minério de prata, ou de cobre para o território da mina, pagaria ao rendeiro antes das calendas, um dinheiro.

III

Os árabes nas minas

lusitanas

Depois dos romanos, coube aos povos bárbaros, que conquistaram a Península Hispânica no V século da nossa era, a vez de explorar as nossas minas. Dedicaram-se, principalmente, às de ouro. Mas dessa exploração poucos vestígios restam, e estamos em crer que êsses povos não aproveitavam, como ela merecia, a riqueza mineral dos territórios por êles conquistados aos romanos.

Os árabes que desembarcaram na Ibéria, no ano de 714 da nossa era, souberam tirar melhor partido dos minérios existentes no território ocupado, particularmente na região da Lusitânia.

Invadiram a Turdedânia, à qual deram o nome de *Al-Gharb* (Algarve) e estabeleceram a capital em *Chelb* (Silves). Ocuparam seguidamente a Lusitânia e trataram de explorar tôdas as minas já conhecidas dos lusitanos, fenícios, cartagineses, romanos e bárbaros, abrindo, possivelmente, novos jazigos.

São inúmeros os vestígios da exploração mineira do nosso território efectuada pelos árabes. Na serra da Corraceira, nas margens do rio Arda, ainda durante o século passado fôram encontradas algumas mós de pedra com que os árabes costumavam moer o cascalho dos rios, a-fim-de obterem ouro.

Em Freixeda, na província de Traz-os-Montes, exploraram minas de prata, anteriormente pertencentes aos romanos, que nelas construíram uma casa destinada a fundir e purificar o metal.

Na toponímia de Portugal, além da influência que indirectamente exerceram, tiveram os árabes um papel de certa importância, designando por nomes seus grande número de coisas e de terras, dentre as

qua
nes
Alg
que

tud
lare
no
diz
o p
da

quais destacaremos duas, que mais nos interessam neste momento por se relacionarem com as minas: Algares (serra), que significa *covas*, e Almada, que quer dizer *mina de ouro*.

Os trabalhos mineiros dos árabes não têm contudo a grandeza nem a perfeição dos trabalhos similares efectuados pelos romanos. No entanto, são notáveis algumas minas por êle exploradas e pode dizer-se que fôram os árabes, depois dos romanos, o povo que mais se interessou pelo desenvolvimento da indústria mineira na Lusitânia.



IV

Do século XIII

à actualidade

Os portugueses, depois de formada a nacionalidade e consolidada a independência, também se dedicaram, em certos períodos com grande entusiasmo, à exploração de diversas minas, exploração a que quasi todos, ou mesmo todos os nossos monarcas dedicaram a sua atenção, como provam, além dos documentos existentes nas Chancelarias Reais, o Regimento de Aires do Quintal, de 3 de Janeiro de 1516, o alvará de Regimento de 20 de Abril de 1655, o de 30 de Janeiro de 1802, etc.

O primeiro grande período da história das minas portuguesas, contado após a formação da nacionalidade, prolonga-se até à época em que o ciclo das descobertas e conquistas atingiu a sua máxima intensidade. Podemos limitá-lo entre 1210, data em que aparece o primeiro documento até hoje conhecido, e 1500, ano em que Pedro Álvares Cabral, descobrindo o Brasil, colocou ao alcance dos seus compatriotas as riquíssimas minas brasileiras.

A mais notável mina explorada durante este período de três séculos, e possivelmente a única que merece ser historiada, desenvolvidamente, é a de ouro da Adiça, da qual, como atrás informámos, nos ocuparemos em estudo já em preparação.

Fundados em alguns documentos que conseguimos reunir, podemos apontar as seguintes datas e factos como os de maior importância na história das nossas minas.

Em 1210, D. Sancho I fêz mercê da dízima da exploração da mina de ouro da Adiça à Ordem de Santiago.

Mais tarde, D. Diniz concedeu vários privilé-

gios de exploração de minas, e no seu tempo fôram explorados, pelo Estado, alguns jazigos de prata e estanho.

Em 12 de Dezembro de 1282, concedeu a Sancho Pires o direito de exploração das minas de ferro e de mercúrio que em Portugal houvesse.

Em 1301, deu privilégio a Pedro Martins, Estêvão Domingues, Gonçalo Pires e outros, para exploração das minas de pedra hume.

Durante o govêrno do rei «Lavrador», as minas portuguesas receberam o maior impulso verificado em tôda a primeira dinastia.

Todavia, a primeira lei geral de minas data do reinado de D. Duarte. Essa lei concedia a todos os vassallos do rei «Eloquente» o direito de exploração, desde que o Explorador pagasse dízimas ao monarca e ao proprietário do solo.

Em 5 de Dezembro de 1472, D. Afonso V, que, apesar-de tudo quanto se tem escrito em desabono da sua administração, não hesito em afirmar que muito se interessou pela economia nacional, fêz mercê, ao oleiro Braz Annes, de uma mina de antimónio situada no bispado de Coimbra.

Em 11 de Fevereiro de 1475, o mesmo rei considerava de seu serviço a exploração de minas: «pedindo-nos que lhe fizéssemos mercee... de quaesquer minas que abertas fôsem... e por ser cousa do nosso seruiço em ser semelhantes cousas achadas... teemos por bem e nos praz de lhe assim orthogarmos... atee vynte anos.»

D. João II, que tão sãbiamente administrou os territórios que regia, também protegeu os exploradores de minas, diminuindo o rigor dos dízimos. Desobrigou os concessionários do pagamento de tributos, durante o primeiro período de lavra, que era de cinco anos.

Em 19 de Março de 1498, D. Manuel I aboliu os privilégios dos mineiros da Adiça e considerou a mina como inútil. Apesar disso, ainda em 1522, ela era explorada. Durante o século passado também sofreu uma exploração efémera.

Este monarca, se bem que o ouro do Brasil e da Índia lhe proporcionasse muito maior riqueza e opulência do que os nossos jazigos de minérios,

não descurou a questão das minas metropolitanas e, em 1516, fêz publicar uma lei de minas denominada «Regimento de Aires do Quintal». Por êste regimento, os concessionários, embora pagando o quinto ao rei, apenas tinham de indemnizar o proprietário do solo pelos estragos causados em terrenos cultivados. Eram ainda obrigados a vender o metal aos armazéns reais.

Aires do Quintal, que deu o nome ao Regimento, foi, nessa mesma altura, nomeado feitor-mor das minas do Reino. Em 29 de Maio de 1518, o monarca confirmou essa nomeação, nos seguintes termos:

«... daqui em diante (dou-o) por nosso feitor mor do ouro prata e estanho cobre chumbo e outros metaes que sse acharem e descobrirem nas comarcas Dantre Douro e minho e trallos montes ante tejo e Odiana e rreyno do algarve e assi em alguns lugares do mestrado de Christo e davis e hordem de Sam Joham que estam entre ho tejo e abeira. E assi daquella parte da estremadura que fica desocupada das feitorias que tinha Gil Homem e que tinha Gonçallo privado o qual officio elle servira pello regimento e Ordenança que lhe temos dado.»

Sabemos, por uma carta de quitação, que o mesmo rei encarregou o cavaleiro-fidalgo António de Sequeira de abrir minas de cobre, e outros metais, nos termos de Tavira, no Algarve.

D. João III também não se desinteressou das minas, pois que chegava a examinar as amostras de minério, como prova o documento seguinte, que me foi indicado pelo meu muito prezado amigo sr. Carlos Alberto Ferreira, distinto conservador, aposentado, do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo:

— «Sôr

No mez de Janeiro o passado falei a Vossa Alteza que achara hũa vea de cobre cõ algũa liga de prata, e Vossa Alteza me fez mercê e me mãdou que a abrisse, eu abri cõ hu fundidor que tẽ iexperiência e a fez cõ elle, e neste mez davrill veyo manuel de quadros fer a esta vila, e fomos ver a vea e parece muito bẽ segundo mostra prazera a nosso Sôr que seja isto couza de serujço de V. A. como eu desejo. manuel de quadros leva as mostras disso para V. A. ver e sobre iso prover como for seu serviço cuja

vyda Real está do noso Sñr acrescente. Dauys a x iiii dias davril de 553.» (1)

Após-a morte do rei «Piedoso», em 1557, a rainha regente D. Catarina fêz publicar uma lei que permitia o comércio livre de metais. Além do quinto até então pago, o concessionário era obrigado a pagar ao rei, quando êste quisesse, um quarto do produto da mina, mas, nesse caso, ficava com o direito de ser ajudado pelo monarca com auxilio proporcional ao acréscimo de impostos. A corôa reservava para si as minas de Trás-os-Montes e estabelecia prêmios para os descobridores de novos jazigos.

D. Pedro II, em 3 de Julho de 1667, fez mercê a Bento de Almeida do «officio de meirinho dos estanhos minas e metais dêste reino para que o sirva assim e da maneira q. o servirão seus antecessores».

D. João V, em 18 de Janeiro de 1716, autorizou Teotónio Lopes da Cruz a «servir juntamente com seu pay o dito officio (o de escrivão das minas de estanho, chumbo, prata e ouro da provincia de Trás-os-Montes), sem ordenado».

No século XVIII houve quem lastimasse o facto de haver em Portugal muita necessidade de cobre e, existindo em território algarvio uma importante mina dêsse metal, ninguém se lembrasse de explorá-la.

Êste caso vem narrado num manuscrito cujo conhecimento o dr. Alberto Iria, incansável investigador da história do Algarve, gentilmente me proporcionou, e que transcrevo a seguir, por ser pouco extenso e de bastante interêsse.

—«Mina de cobre de Ator

A mina de Cobre que está no citio de Ator, entre as freguesias de querensa, e salir, termo da V.^a de Loule Ren.^o do Algarve, he tão focunda que dej-dista hũa lega em comprido; e indo á ella hum caldejeiro, ganacho, tirou de 17 ar.^{tes} de mina, que fundio. 7 arr.^{tes} a uista de m.^{tes} gente.

A esta mina foi já Heytor Coronel que trouxe aqui já as amostras, cuja calid.^o he m.^{to} sobida, e excede m.^{tes} quillates a de Vngria.

(1) Torre do Tombo. *Corpo cronológico P.I.*, Mço 89, Dec. 141

He lastima que tenhamos esta mina no R.º e se não cultive, tendo tanta necesid.º de Cobre para as fundições da Art.ª de que se pode tirar p.º as necesid.ºs prestes mais de 200 V.ºs estendendo-se plo Rn.ºs demais de outros he aos que se podem Considerar.

tem junto assy todo o neces.º de lenha e agoa.* (1)

Já no princípio do século XIX, em 1802, foi publicada nova lei que visava o desenvolvimento da exploração mineira em Portugal. Mas, apesar-de vários estudos dirigidos pelo sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, poucos resultados úteis fôram, então, obtidos.

Depois de várias leis tendentes a beneficiar o País, no que diz respeito a trabalhos mineiros, o Governo, em 1939, criou o Serviço de Fomento Mineiro, o qual, excelentemente dirigido como é, deve intensificar e melhorar grandemente a nossa produção de minérios, dando-nos ao mesmo tempo a medida exacta das possibilidades mineiras do nosso sub-solo.

As minas na toponímia

de Portugal

Se o homem do neolítico, nos primeiros anos, cavava a terra e extraía dela pedaços de rocha mais resistentes e adequadas à sua rudimentar indústria, nos últimos anos fazia já, mais especialmente, a pesquisa das primeiras parcelas de cobre, êsse metal maravilhoso que havia de abrir novos horizontes à história da civilização.

A descoberta dos metais foi, sem dúvida, o primeiro dos grandes passos da Humanidade, na sua já longa e progressiva caminhada. Lenormant considerava até o conhecimento da metalurgia, nas civilizações asiáticas, como o primeiro dos três factos elementares que os trabalhos recentes sôbre a Humanidade primitiva conseguiram vulgarizar.

Desde que encontrou o metal e o soube traba-

(1) Academia das Ciências, Ms. 380 azul, fl. 263.

lhar e transformar em ferramenta útil, nunca mais a raça humana, quer representada pelo homem, primitivo das cavernas, quer pelo bárbaro da Idade-Média, quer pelo homem contemporâneo, perdeu o contacto com as minas.

No território que constitui Portugal e constituiu, sem grandes alterações, a antiga Lusitânia, legiões de mineiros têm extraído, dos seus depósitos naturais, quantidades incalculáveis de ouro, prata, cobre, ferro, estanho e chumbo.

Dêsse imenso labor, que dura talvez há perto de quatro mil anos, dêsse longo trabalho quotidiano, em que o homem arranca à terra tesouros sem fim, alguma coisa nos transmitiram êsses antigos obreiros, a atestar, na toponímia, tão árdua como útil tarefa.

Tais vestígios da exploração mineira, tão indelévelmente ligados à toponímia de Portugal, não fôram ainda, ao que parece, recolhidos num trabalho de conjunto. Por isso, julgo contribuir, com êste modesto estudo, para um melhor conhecimento da história das nossas minas, que é, infelizmente, o capítulo da nossa história até hoje menos estudado.

* * *

ABRANTES—Vem do latim *Aurantes*, nome que os romanos — alguns autores afirmam que fôram os Godos — lhe deram em virtude das areias do Tejo, nesta localidade conterem ouro. Ovídio escreveu, a êste respeito, o seguinte:

Quodque suo Tagos amne vehit fluit ignibus aurum. (1)

Há quem afirme ter o nome de *Aurantes* origem goda, negando-lhe assim a influência romana. E' esta a hipótese mais comum, mas creio que não corresponde à verdade.

De todos os povos que dominaram a Península Ibérica, os romanos fôram os que em mais larga escala se dedicaram à exploração mineira. Na Lite-

(1) *Metamorfoses*, II

ratura romana, não só nos trabalhos históricos como até nas composições poéticas, encontram-se muitas referências à riqueza aurífera das areias de alguns rios da Lusitânia, entre os quais avulta o Tejo.

Firmado nestes factos, não me repugna afirmar terem sido os romanos quem deu à povoação o nome de *Aurantes*, que os antigos portugueses mudaram para *Avrantes*, e, por último, fixaram em Abrantes.

Afirmam ainda alguns autores, ou ao menos aceitam como certo que o nome de Abrantes deriva de *Habladantes*. Entre êsses citarei Xavier Fernandes, que reproduz tal afirmação num interessante livro acerca-de «Topónimos e gentílicos» (1) Mas essa falsa etimologia baseia-se na seguinte historieta:

Numa reunião de Côrtes houve disputa sobre a precedência no uso de palavra, entre os representantes de Abrantes e de Tôrres Novas. Mas o rei interveio e disse aos procuradores de Abrantes:

— *Hablad antes.*

Tal disputa, porém, não pode ter existido, porquanto nas antigas Côrtes, Tôrres Novas tinha assento no banco 60 e Abrantes no 76, tal como na organização posterior dos Três Estados, em que Tôrres Novas tinha assento no banco 6 e Abrantes no banco 9. Assim afastados, ninguém reconhecerá a possibilidade de entre os referidos representantes ter sido suscitada qualquer dúvida sobre a prioridade no uso de palavra.

ADIÇA — Fica entre Almada e Sesimbra. A sua riqueza aurífera é devida às areias que neste local arrastavam — e ainda hoje arrastam, embora em pequena quantidade — ouro.

A sua exploração foi intensa desde o reinado de D. Sancho I até o de D. Manuel I. Desde então decaiu muito. No século passado, porém, voltou a ser explorada, mas os resultados não fôram muito animadores.

Foi a principal mina portuguesa durante os três séculos que durou o período culminante da exploração, e da sua história me ocuparei, como já fiz notar num trabalho de maior desenvolvimento, uti-

(1) O autor, no 2.º vol. da sua notável obra, desmente essa hipótese.

lizando muitas dezenas de documentos, quasi todos ainda inéditos.

O próprio rei D. Denis tinha uma corôa e um cetro feitos com ouro desta mina e D. João III possuía igualmente um cetro fabricado com ouro do mesmo local, segundo a tradição.

Adiça é o trabalho de içar o produto das minas. Daí deriva o nome dêste lugar.

AIRÓ — E' uma serra do Minho. Airó é corrupção de *Aureo*, nome que os romanos deram a esta serra por nela existirem minas de ouro.

ALGARES — E' uma serra do Alentejo, que principia a 6 quilómetros a este de Grândola. Algares é vocábulo árabe que significa *covas*. Os árabes puseram-lhe êste nome certamente por terem encontrado a serra quasi tôda minada pelos romanos e, também, ao que parece por terem sido os fenícios os primeiros exploradores que exerceram actividade nas minas da serra dos Algares. A origem árabe do vocábulo Algares prova que os Arabes também exploraram essas minas.

ALMADA — Deriva do árabe *Almadan*, que significa *mina de ouro*. Os árabes chamavam-lhe também *Hosnel-Madan*, que quer dizer *fortaleza da mina*. Isto indica que a povoação se chama Almada em consequência do ouro que os árabes nela encontraram, e que a mina onde êsse ouro se achava devia ser defendida por uma fortaleza — a fortaleza da mina.

Naquele tempo era costume os exploradores construírem fortes, que se destinavam à defesa das minas existentes em regiões que pudessem ser atacadas pelos inimigos. Foi isso o que os árabes fizeram em Almada, para que a sua mina de ouro ficasse defendida contra as investidas dos cristãos. Porém, ignora-se o local exato onde estava localizada a mina, mas presumimos que fôsse na Adiça.

ARROIOS — Em Portugal há várias terras com êste nome e, entre elas, uma freguesia de Tráz-os-Montes e outra de Lisboa. De *Arrúgia*, mina romana,

se tirou o português medieval *arrogium*, actualmente arroio.

BURACA DOS MOUROS—E' um monte situado na freguesia de S. Martinho de Mouros, na Beira Alta, dez quilómetros a noroeste na cidade de Lamego.

No alto dêste monte foi encontrada uma cova perpendicular, entupida com pedras. No ano de 1867 foi desentulhada até à profundidade de 25 metros, não continuando os trabalhos por, nessa altura se ter encontrado água.

Esta cova era aberta em saibro muito duro e, desde a entrada até à profundidade de 10 metros, era abobadada descendo por escadas do sul para o norte.

No século passado existiam ali vestígios de mais covas, uma delas tapada com pedra e cál. Existiam restos de fornos destinados à depuração de metais, assim como ruínas de casas, espalhadas pelo monte, e fôram encontradas algumas moedas romanas e sepulturas árabes.

Isto é uma prova de que as minas da Buraca dos Mouros fôram intensamente exploradas pelos romanos e árabes.

Dêstes factos se conclui que o nome do monte é devido a alguns dos poços abertos pelos exploradores — naturalmente o maior — pôço a que o povo começou a chamar Buraca e atribuiu aos mouros.

CARVALHAL DO ESTANHO—Fica na comarca de Viseu. Aqui fôram descobertas três betas de estanho, do qual fôram fundidas dôze arrôbas. O descobridor do estanho, Manuel da Cruz Santiago, recebeu o hábito de Cristo e duzentos mil réis de tença.

As minas de Carvalhal do Estanho — e do metal descoberto deriva o nome da povoação — rendiam a Filipe III seiscentos mil réis.

COVA DOS MOUROS — Aldeia do Algarve, na comarca de Tavira, concelho de Alcoutim. Há nesta aldeia uma grande mina de cobre, que foi explorada pelos romanos ou pelos árabes. Essa mina será a tal cova dos mouros que deu o nome à aldeia.

Na tradição popular muitas excavações antigas não passam de esconderijos, onde se encontram quasi sempre tesouros imaginários e os príncipes da lenda passeiam de noite com as suas mouras encantadas.

Tôda a gente conhece algumas das curiosas e ingênuas lendas populares tecidas em volta dos castelos e de que ainda há pouco se occupou Jorge Larcher, assim como dos poços e galerias construídos pelos antigos. Os mouros são sempre nessas lendas do povo, as figuras à volta das quais gira a fantasia da tradição, embora a maior parte das vezes êles não tivessem sequer passado pelos locais onde a ficção popular creou encantamentos ou assinalou fabulosos tesouros escondidos.

COVA DO OURO — Fica no distrito de Coimbra. Nas margens do Mondego havia minas de ouro que os antigos exploraram e é muito provável que alguma delas tivesse dado o nome à povoação. O cronista Vaseu elogiou até calorosamente a riqueza aurífera das areias do Mondego.

Próximo de Viana do Castelo existe um lugar com o mesmo nome, que deve ter origem idêntica ao da povoação anteriormente citada, pois naqueles arredores existiram minas de ouro, que fôram exploradas.

Vem a-propósito informar que em Apúlia, vila que fica a 30 quilómetros a oeste de Braga, há vestígios de uma vala, por onde entrava o mar formando um esteiro navegável pelos botes que conduziam o ouro das minas exploradas nesta região e o descarregavam para bordo dos barcos que, por sua vez o transportavam ao seu destino.

COVAS — Fica na região de Entre Douro e Minho. O seu nome deriva possivelmente das muitas minas existentes na região. No meio da serra da Pia situada nos arredores de Covas, existe uma concavidade a que chamam pia, que dá o nome à serra e talvez servisse para lavar o minério.

DOURO — Rio. Nasce em Espanha nas montanhas de Orbion, entra em Portugal 18 quilómetros

acima de Miranda do Douro e desagua 6 quilómetros a oeste do Pôrto.

Este rio, segundo alguns autores, chamou-se *rio de ouro*, em virtude das minas dêsse precioso metal que nas suas margens existiam.

Vários filólogos contestaram todavia essa afirmação, dizendo que Douro deriva do latim *Durius* ou *Dórius*.

Entre os antigos aparece o nome de *Durius* outras vezes *Dórius*, designando êste rio. Ainda hoje os habitantes da região são chamados durienses. De *Durius* passou a *Doiro* e dêste vocábulo a Douro.

Parece-me provado ser impossível atribuir criteriosamente a origem do nome dêste rio a qualquer mina, embora êle tivesse sido celebrado pelo poeta romano Caio Sílio Itálico, em razão da riqueza aurífera das suas areias.

Mas existe ainda outro rio Douro cujo nome nada tem com o étimo *Durius*.

Este rio nasce na ribeira de Asnela, corre por Barroso e desagua no Tâmega. O seu nome tem origem nas minas de ouro que os antigos exploraram naquelas paragens.

Os romanos chamavam-lhe Rio *Aureo*, o que leva a crer que as suas águas arrastavam ouro, ou, pelo menos, que as suas areias continham êsse metal precioso.

E' sabido que *ouro*, de *or*, ou *hor*, nome do dia ou do Sol, em egípcio, se diz *aurum* em latim, a linguagem dos antigos romanos que dominaram a Lusitânia. Por isso, Rio *Aúreo* era o rio que continha ou arrastava ouro. (1)

ESCOIRAL, ESCOURAL, ESCURIAL — Freguezia de Santiago do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo. Nesta freguezia há uma mina de ferro, que foi explorada na época em que os romanos dominaram a região. Nessa mina encontraram-se escórias. Daí deriva o nome de Escoiral, a que em alguns casos chamam Escoural e noutros, como, por exemplo, em Espanha, Escurial.

Escoural, da greco-latina *scória*, é o terreno onde se encontram escórias dos metais,

(1) — Embora o estudo da origem dos nomes dos rios pertença à toponímia, não deixo de mencionar aqui êstes factos.

FERRARIA, FERRARIAS — Os portugueses antigos deram o nome de Ferraria, ou Ferrarias, a povoações em que havia minas de ferro, e ainda a outras onde, não havendo minas, existiam, contudo, oficinas de fundição. E não só os portugueses o fizeram senão também, anteriormente, os romanos. O célebre Plínio, que foi questor na Lusitânia, escreveu:

Ferraria dicitur a feracitate ferri

O nome não deve ter origem propriamente nas minas, mas nas oficinas de preparação do ferro, às quais como ainda hoje, chamavam ferrarias. Entre as muitas terras que existem com esse nome, destacam-se as seguintes:

Nossa Senhora da Ferraria, também conhecida por Nossa Senhora de Aboboriz. Fica perto de Óbidos, entre a Dagorda e a Amoreira. Chama-se Nossa Senhora da Ferraria, porque naquele local houve minas de ferro, exploradas na antiguidade. No entanto, o nome mais vulgar é o de Nossa Senhora de Aboboriz, que a maior parte do povo inculto da região pronuncia Abriz.

No Algarve, segundo me informa o meu prezado amigo dr. Alberto Iria, é vulgar designarem-se terras pelo nome de Ferraria. Bastará citar o sítio das Ferrarias, concelho de Aljezur, próximo à herdade da Côte Cabreira, e uma outra povoação no Barlavento algarvio, na estrada de Portimão para Faro.

FERREIRA — no Minho, onde há vestígios de fortificações da época dos romanos, assim como em nas exploradas pelos celtas.

FERREIRA DO ALENTEJO, onde há vestígios de uma povoação que parece ter sido a cidade de Cinga. No braço desta terra figura uma mulher com um malho em cada uma das mãos. Esta figura, segundo vários autores, é alusão simbólica a qualquer das ferrarias das minas existentes na região ou arredores.

Porém, segundo outros, representa certa ma-

trona romana que defendeu a porta do castelo, quando êste foi atacado por inimigos de Roma:

Qual será a verdadeira versão? A' distância de tantos séculos, a pergunta deixa-nos indecisos. Mas querê parecer-me que tal matrona não iria defender o castelo com dois malhos de ferreiro...

FERREIROS — Se o povo umas vezes denominava Ferraria ou Ferreira, a terra onde existiam minas ou oficinas em que se obtinha o ferro, outras vezes denominava-a Ferreiros, isto é, a terra onde habitam ou trabalham os mineiros ou os fundidores do ferro. Podemos citar *Ferreiros*, no distrito de Vila Real; *Ferreiros*, em Lafões; *Ferreiros* em Guimarães, e *Vilar de Ferreiros*.

FRÁGOAS — Vila da Beira, a 30 quilómetros de Lamego. O nome provém duma grande e antiga fundição de ferro que existia aqui.

Na Extremadura, a 90 quilómetros de Lisboa, existe outra terra com o mesmo nome, onde havia minas de ferro.

Há ainda outra freguezia no Douro, a 60 quilómetros ao norte de Coimbra, onde se encontram minas do tempo dos mouros, chamada *Ribeira de Frágoas*.

O vocábulo *Frágoa* significa *forja de ferreiro* e, das forjas onde os ferreiros trabalhavam o metal, deriva o nome das terras denominadas *Frágoa*. *Frágoa* é mais correcto que *forja*, que tem origem francesa.

LAPAS — Fica na província da Extremadura, a 3 quilómetros de Tôres Novas. Segundo um extracto arqueológico das Memórias «paroquiais de 1758» (1), esta terra deve o seu nome a umas minas que Pedro de Azevedo afirma serem as minas de salitre para fazer a pólvora, que o rei D. João III doou a António Álvares, morador em Tôres Novas, por carta régia de 1553.

Pretendem outros autores que o nome desta

(1) «O Arqueólogo Português», vol. V.

terra derive de minas metálicas que fôram exploradas pelos romanos e pelos árabes.

MINHO — O nome dêste rio deriva do vocábulo *mínio*, que é um óxido de chumbo. Devem ter existido nas suas margens, ou perto delas, minas dêsse metal.

Pinho Leal, diz ser mais provável que derive dos limos encarnados que se encontram nas margens do rio.

Parece-me que a hipótese do *mínio* que também o sábio dr. Schulten (1) aceita como certa, é a mais verosímil, tanto mais que Paulo Orósio, Plínio, Pomponio Mela e Strabão designavam o Minho por *Minium*.

ORIOLA — Terra do Alentejo, no distrito de Évora. Os romanos chamavam-lhe *Aureola*, que é a corrupção de *Aurea ora*, equivalente em português a *Região do ouro*. Deve êsse nome ao ouro que os romanos extraíam das suas minas.

A povoação romana, onde habitavam os romanos, deve ter sido arrasada pelos vândalos, ou pelos mouros, e dela não restam vestígios. (2) As minas porém, segundo me informou o digno inspector escolar sr. Alberty y Rosa, ainda hoje se podem ver.

OURIQUE — E' uma vila do Alentejo, famosa pela batalha que, segundo afirmam alguns historiadores e é tradição popular, se travou, dentro dela ou nas suas imediações, entre portugueses e árabes.

Alguns autores como o já citado Padre Francisco da Fonseca, atribuem o nome desta vila às minas de ouro ali existentes, com o que eu não concordo.

Não se conhece o seu nome primitivo. Mas sabe-se que, depois da batalha (ou escaramuça?) se passou a chamar Orík, palavra árabe que significa *infortúnio, adversidade, desgraça*. Portanto, Ourique deriva de Orík e não de ouro.

Na mesma região existe uma veiga, à qual dão o nome de campo de Ouro, que parece dever o seu nome a veias auríferas.

(1) Adolfo Schulten «Hispania»

(2) Cf. Padre Francisco da Fonseca, «Évora gloriosa»

OUTEIRO DA MINA — Fica junto à vila de Borba, no Alentejo. Diz o Padre António Carvalho (1) que no Outeiro da Mina «existiam muitas pedras verdes soltas, a que os Gregos chamão Cjaneas, & nós Turquesas, sendo algumas tam finas, que se não differença das que vem da Persia».

SERRA DA MINA — Está situada no Alentejo. São notáveis os trabalhos de minas efectuados pelos romanos e outros povos antigos, nesta serra e seus arredores. Perto da Serra da Mina houve uma importante colónia fundada pelos fenícios e depois utilizada pelos cartagineses e pelos romanos, que ali exploraram minas de cobre, ferro e outros metais. Vários objectos arqueológicos fôram encontrados na herdade do Raco, ali perto, onde existem, ou pelo menos existiram, escórias dos metais fundidos.

TRES MINAS — Freguezia de S. Miguel de Três Minas: na província de Trás-os-Montes. O dr. Henrique Botelho, num artigo sôbre arqueologia da província transmontana (2), escreveu âcêrca-de alguns «níveis formados de terra e pedra, nos diferentes montes, outeiros e colinas da freguezia de Três Minas, a que chamam os habitantes *levadas*, os quais partindo do rio Tinhela e dos ribeiros que afluem a êste, se dirigem para as minas da Ribeirinha e para as de Revel e para outros lugares».

Acrescenta que são muitos, alguns ainda bem conservados e que parece poder sustentar-se que o destino dos níveis ou *levadas* era conduzir água para a lavra das minas e para abastecimento dos trabalhadores».

De facto, assim era. Plínio (3) afirma que os romanos desviavam os rios e os ribeiros para que as águas fôsem arrastar e lavar o minério das *arrúgias*, como já vimos no capítulo referente à acção dos romanos nas minas lusitanas. Diz ainda que o leito artificial era nivelado, nos vales e limitado por diques.

A região de Três Minas deve ter sido um dos

(1) Cf. «Corografia Portuguesa»

(2) «O Arqueólogo Português», vol. IX

(3) *Naturalis Historiae*, L. XXXIII, cap. IV

principais centros mineiros do nosso território, no tempo dos romanos, a avaliar pelas obras realizadas nas suas minas.

No alto dum monte que fica sobranceiro ao lugar de Covas, para o norte, havia, no século XVIII, uma mina que devia ser uma das três que deram o nome à freguesia. No fim da mina encontrava-se uma sala de mármore com a abóbada sustentada ao centro por um pilar de três metros de altura (1). Ao sul, no sítio de Comardão, habitavam os mineiros.

As minas de Revel, situadas na mesma região, eram de estanho. No século XVI fôram exploradas por Fernando Annes, de Madrid.

A mina da Ribeirinha era uma concavidade, a que chamavam lago, que teria de círculo, segundo Jerónimo Contador de Argote, meia légua e de profundidade mais de 165 metros. A esta mina ia ter uma galeria que passava debaixo do rio Tinhela e de algumas serras, tendo comunicação com outras minas situadas no monte da Coelha, perto da estrada que ligava Alfarela a Chaves.

VALE DE COVAS — Em Seixo de Ancião, 110 quilómetros a nordeste de Braga. Aqui há três grandes covas, que deram o nome à freguesia e fôram minas de ouro ou de prata exploradas pelos romanos ou pelos árabes.

A água destinada à lavagem do minério vinha por uma levada, que principiava no ribeiro da Osseira, a seis quilómetros de distância. Como o ponto de partida ficava num nível muito superior, a água da levada corria vertiginosamente pelas ladeiras, até à mina, do que resultou ficarem vestígios ainda hoje visíveis.

VALE DO OURO — Fica na Serra da Fonte em Fajão, comarca de Arganil. Aqui existiram minas de ouro e chumbo, que fôram exploradas pelos fenícios, os quais gravaram nos rochedos inscrições em caracteres púnicos. Mais tarde, os romanos e árabes pa-

(1) Contador de Argote «Memórias para história do Arcebispado de Braga».

rece terem explorado também as minas do Vale do Ouro.

E terminamos esta breve enumeração com que tentámos demonstrar a importante influência das minas na toponímia de Portugal.



«A Bolsa do Livro»



PRACA DE D. JOÃO DA CÂMARA, 4-4." — LISBOA

TELEFONE 28470

Compra e venda de livros novos e usados de c-
própria e alheia, a **pronto** e a **prestações**.

Permuta e empréstimo recíproco de livros.

Aluguer de livros para todo o País. **Leilões de livros**

Distribuição de jornais e revistas.

Organização de **bibliotecas**, catálogos e ficheiros.

Fornecimento de material para bibliotecas,
escolas, etc.

Informações bio-bibliográficas, didácticas, escolares,
de orientação profissional, jornalísticas, etc.

Matriculas e transferências escolares.

Vigilância de aplicação escolar.

Explicações, cursos técnicos e de aperfeiçoamento,
na sede, em casa dos alunos, por correspondência
e T. S. F. ;
Visitas de estudo.

Salas de leitura e tertúlia literária.

Colaboração para jornais e revistas.

Traduções literárias e comerciais.

Revisão e correcção de originais e provas.

Trabalhos tipográficos e dactilográficos ;
encadernações.

PUBLICIDADE

FILATELIA

EDIÇÕES

Depósito de Publicações de toda a espécie

— 1 9 4 4 —
Composto e impresso nas
: OFICINAS GRÁFICAS :
: DA RIBEIRA DE PERA. :
— LIMITADA —
Castanheira de Pera